

O ARQUIVO COMO PRODUTO DE ATIVIDADE INFORMAL E DE INFORMALIDADE: O CASO DO ART GARAGEM E DO “FLANELINHA”

CARVALHÊDO, Shirley ¹

TRINDADE, Alex ²

ROGÉRIO, Ralph ³

Resumo: O mercado de trabalho tem sofrido alterações quanto à sua realidade, dando-se como exemplo o surgimento da atividade informal - atividade que engloba todos os trabalhadores autônomos, os pequenos negócios com até cinco empregados e consultores sem vínculo empregatício, os quais contribuem para a previdência social -, e de uma atividade de informalidade - ocupação sem proteção social, isto é, aquela que não contribui para o Sistema Nacional de Previdência Social e para os demais fundos públicos da política social. Cientes dessas alterações no mercado e da potencialidade dos documentos de arquivos - produto orgânico, portanto revestido de uma temporalidade, fruto de qualquer atividade, função e competência social sempre mediado pelo Estado, até quando ilegal produzido por uma instituição pública, privada, família ou indivíduo, independente do local, suporte, forma e código, podendo ser proveniente de uma atividade informal e de uma atividade de informalidade -, o nosso trabalho buscou como resultado prático a análise dos arquivos de uma atividade informal - "Art Garagem" - e de informalidade - "flanelinha Baiano", tendo como objetivos: a) chamar atenção para o fato de que nas atividades informais e de informalidade – hoje, responsáveis por parte da economia no Brasil – podem surgir "fundos", problematizando o conceito proposto por Duchein (1986) e seus documentos apresentarem as características propostas por Duranti (1994); b) contribuir com o estudo sobre o tema tendo em vista que mesmo sendo uma realidade brasileira, a produção sobre o conhecimento arquivístico do país ainda está muito voltado para os arquivos públicos e os privados.

Palavras-chave: Arquivo. Atividade informal. Atividade de informalidade. Mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A idéia de “atividade informal” foi criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no final da década de 1960. Vinte anos depois, devido à crise de emprego em países desenvolvidos, surge a noção de “informalidade”. A atividade informal engloba todos os trabalhadores autônomos, os pequenos negócios com até cinco empregados e consultores sem vínculo empregatício, os quais contribuem para a previdência social. A atividade de informalidade é a ocupação sem proteção social, isto é, aquela que não contribui para o Sistema Nacional de Previdência Social e para os demais fundos públicos da política social. (CIÊNCIA HOJE, 2007, v.39). Essas atividades representam uma realidade econômica no Brasil. No ano passado, mais de 30 milhões de pessoas participavam de atividades informais e 39 milhões⁴ desenvolveram atividades de informalidade. Neste sentido, as atividades informais e de informalidade integram o cenário do mercado de trabalho do país.

Sendo o documento de arquivo o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades (quaisquer que sejam) independentemente da natureza do suporte” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.5), esse acervo pode ser produto dessas atividades (informais e de informalidade) gerando uma oportunidade de aplicação da prática e a teoria arquivística, inclusive, contribuindo para a discussão sobre a definição de “fundo de arquivo”⁵ proposto por Duchein (1986) e quanto às “características do documento de arquivo”⁶ proposta por Duranti (1994).

2. JUSTIFICATIVA

Acreditamos, portanto, que nosso trabalho se justifica por se inserir na Arquivologia, em dois campos de pesquisa definidos por PEDERSON, apud COUTURE (1999). Primeiramente, insere-se no campo “arquivos e sociedade”, porque os documentos arquivísticos por consubstanciarem-se em informação social, refletem os fatores externos, como o contexto social, político e econômico, influenciando portanto na formação e no desenvolvimento da sociedade. Outro campo que o nosso estudo envolve seria a “história dos arquivos e da arquivística no Brasil”, por mostrar que os arquivos brasileiros, em sua gênese, podem estar ou não sujeitos a regras e a processos de legitimação. Desta forma, a Arquivística Brasileira deve preocupar-se com os documentos de atividades informais e de informalidade, tendo em vista que os documentos provenientes destas atividades representam uma prática informacional real no país, constituindo-se em um objeto de estudo que não deve ser negligenciado pelas suas escolas e profissionais.

3. OBJETIVOS

O presente artigo é resultado de reflexões desenvolvidas na disciplina *Arquivo Intermediário* do curso de Graduação em Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB). Com base nas leituras propostas pela professora da disciplina, particularmente as obras de Soto (1987), Levitt e Dubner (2005), Pinheiro e Giambiagi (2006). Estas obras apresentam como tema principal ou secundário, a problemática das atividades informais e de informalidade. A professora lançou como tarefa a busca de arquivos produzidos por essas atividades, em Brasília. Esta pesquisa deveria ser realizada em grupo e seu resultado apresentado na forma de um seminário, com duração de uma aula, aproximadamente 1 hora e 30 minutos: um trabalho escrito e um vídeo.

Desta forma, os objetivos deste trabalho constituem-se em: a) chamar a atenção para o fato de que nas atividades informais e de informalidade; hoje responsáveis por parte da economia no Brasil, podem surgir “fundos”, problematizando o conceito proposto por Duchein (1986) e seus documentos as características propostas por Duranti (1994); b) contribuir com o estudo sobre o tema tendo em vista que mesmo sendo uma realidade brasileira, a produção sobre o conhecimento arquivístico do país ainda está muito voltado para os arquivos públicos e os privados, os quais seguem uma formalidade; daí a ausência de bibliografias sobre o estudo aqui proposto: os arquivos como produtos de atividades informais e de informalidade.

4. METODOLOGIA

A fim de compararmos os arquivos de uma atividade informal e de informalidade, foi escolhida como função a lavagem de automóveis. Observamos que há, em Brasília uma grande oferta deste serviço, tanto nos estacionamentos particulares localizados nos centros comerciais, hospitais, faculdades e postos de gasolina, quanto nos estacionamentos de prédios públicos, onde o serviço é prestados pelos “flanelinhas”⁷.

Nesta direção foram realizadas duas entrevistas: a) com um responsável por um estabelecimento de atividade informal (Art Garagem); b) com um “flanelinha”. Como as entrevistas foram gravadas, foi editado um vídeo de 27 (vinte e sete) minutos para apresentação em sala de aula durante o seminário proposto pela professora.

5. OS ARQUIVOS DO ART GARAGEM E DO “FLANELINHA”

Quanto à escolha dos arquivos de atividade informal e de informalidade, faz-se necessário elucidar que foi uma escolha aleatória. Em um determinado dia útil, percorremos a cidade de carro, com o intuito de observar os diversos estacionamentos públicos e privados, a fim de escolher aqueles a serem pesquisados.

Para a pesquisa de uma atividade informal foi escolhida a empresa Art Garagem, CNPJ 03384128/0001-94, que utiliza um terreno alugado, localizado na 703/903, Asa Sul, Brasília, DF, funcionando no local desde 1998. O Art Garagem oferece o serviço de vagas de estacionamento e de lavagem de automóveis, devido à existência de diversas faculdades e à ausência de estacionamentos públicos suficientes para comportar a demanda dos estudantes, além de cuidar da insegurança no local, sobretudo para os estudantes de cursos noturnos.

As informações desta empresa foram fornecidas pelo encarregado do Art Garagem, Devanir Rodriguez de Souza que trabalha no Art Garagem há sete anos, é natural de Brasília, reside com seus pais no Riacho Fundo I, cidade satélite de Brasília, e possui o ensino médio completo.

O arquivo do Art Garage formou-se, segundo o Sr. Souza, em decorrência da necessidade de a empresa controlar o recebimento de valor monetário dos 150 clientes. O arquivo físico contém aproximadamente 50 caixas-box, seus espelhos apresentam o logotipo do Art Garage, o nome da faculdade, o assunto, o ano e o mês. Estas caixas são separadas fisicamente em dois grupos: Frequentemente Consultadas e Esporadicamente Consultadas, nas palavras do Sr. Souza e classificadas pelos respectivos assuntos e tipos documentais: a) controle de material; b) cobranças de clientes; c) documentos contábeis; d) sistema de baixa de pagamento; f) correspondências; g) *Fichas de Cadastro de Clientes* (FCC), primeiro documento que o cliente preenche com seus dados pessoais; dados do veículo; nome da faculdade; nome do curso e data de início do “contrato”. Essas informações são lançadas em um banco de dados “Access” e as fichas arquivadas em caixas-box, ordenadas numericamente, respeitando o número da vaga ocupada pelo cliente no estacionamento. As fichas nunca são descartadas, mesmo aquelas de clientes que encerraram o “contrato”, porque o Sr. Souza justificou que “um ex-cliente pode, no futuro, voltar a utilizar o serviço do Art Garage”.

Gera-se, a partir do banco de dados, uma Relação Cadastral, com os seguintes campos: a) nome da faculdade; b) nome do aluno; c) data de pagamento; d) plano de pagamento; e)

mês; f) ano, dados que também são armazenados fisicamente em caixas-box, respeitando uma ordem cronológica mensal. Faz-se necessário salientar que o “plano de pagamento” variará dependendo do tempo de relacionamento que o cliente tenha com a empresa, o implica em desconto ou não. Toda a relação tem como nota de rodapé a data em que foi impressa, dessa forma, seu descarte ocorre semestralmente, contado a partir da data indicada no rodapé.

Para pesquisarmos um arquivo produto de atividade de informalidade, escolhemos um “flanelinha”. Seu nome é: Walter da Conceição, desde 1997, Walter lava automóveis no estacionamento do anexo do Ministério da Aeronáutica, localizado na Esplanada dos Ministérios, no centro de Brasília. Devido à amplitude do estacionamento, este é compartilhado por vários outros “flanelinhas” que demarcaram espaço de cada um, considerando séria esta divisão. “Baiano”, o apelido de Walter, não vigia os carros, recebendo apenas pelas lavagens dos automóveis, pois há militares da Aeronáutica designados para vigiarem o local. Baiano possui ensino fundamental e tem uma visão empreendedora. Já viajou à Europa, de forma ilegal, e assim pôde poupar para comprar seu imóvel próprio, no Vila Paranoá – cidade do entorno de Brasília. Sua “empresa” é constituída de dois auxiliares, aos quais paga um salário fixo, independente do rendimento mensal.

Seu arquivo é constituído de folhas avulsas de papel A4, com dados manuscritos sobre a quantidade de lavagens solicitadas por cada cliente, para futura cobrança. Existe também um registro para controlar a quantidade e os preços dos materiais comprados: sabão, pano, detergente, cera, dentre outros, além dos salários dos ajudantes. Preenche as folhas anverso e no verso até não ter mais espaço disponível. Quando termina o espaço, começa em outra folha com o mesmo formato. Nesses documentos arquivísticos, pôde-se verificar as datas nas folhas e acompanhar a evolução dos preços dos materiais utilizados nesses 10 anos de atividade de informalidade. Outro detalhe são os nomes dos ajudantes, os quais foram substituídos diversas vezes.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de fundo de arquivo surge no início do século XIX, quando Natalis de Wailly formulou uma circular na qual os documentos, na França, deveriam ser reunidos em fundos, ou seja, documentos de fundos diferentes não poderiam ser misturados. Surge, então, o Princípio de Respeito aos Fundos ou Princípio de Proveniência. Princípio aceito, entre os arquivistas, como base teórica e prática da Arquivologia. Nessa direção, Duchein (1986, p.) pontua que: “À margem do respeito aos fundos todo trabalho arquivístico é arbitrário, subjetivo e desprovido de rigor”. Inclusive, o autor discorre sobre a dificuldade de definir um fundo de arquivo quando existe uma hierarquia entre os fundos, como em um Ministério, que se divide em departamentos que por sua vez se divide em seções. Entretanto, quando o fundo é uma abadia, um hospital ou um tribunal, o mesmo autor defende que não há dificuldades, posto que os organismos são “bem definidos e possuidores de personalidade jurídica precisa e estável”⁸ (DUCHEIN, 1986, p.14). Considerando as colocações de Duchein, podemos problematizar o conceito de fundo de arquivo tomando como base o conjunto de documentos do Art Garagem, atividade informal, e do “flanelinha”, atividade de informalidade.

A empresa de lavagem de carro, Art Garagem, possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mas não possui uma estrutura organizacional definida, precisa e estável. Nessa direção, o conjunto de documentos do Art Garagem não constitui um fundo de arquivo? E quanto ao “flanelinha”, que não possui nem personalidade jurídica. Seus documentos também não se constituem em um fundo de arquivo?

Diante das interrogações acima, iremos analisar os documentos do Art Garagem e do “flanelinha”, utilizando como embasamento teórico a proposta de Duranti (1994) que defini os documento arquivístico enquanto “provas de ação”, tendo como elemento norteador as cinco características (autenticidade, naturalidade, unicidade, inter-relacionamento e imparcialidade). Após essa análise, retornaremos a seguinte pergunta: será que os conjuntos documentais do Art Garagem e do flanelinha formam um fundo de arquivo?

Começemos pela imparcialidade. Essa característica refere-se ao fato que os documentos são inerentemente verdadeiros, isso não significa que os documentos estão livres das opiniões e dos preconceitos de seus produtores, pois tal afirmação seria impossível. Os documentos são imparciais em decorrência de dois aspectos: razões de sua criação – produtos de atividades, e o respeito a rotinas processuais. Por conseguinte, os documentos trazem a promessa de retratarem com fidelidade os fatos e atos que atestam. Se os documentos não

possuísem tal característica de imparcialidade, não comprovariam fatos que comprometeriam os interesses de alguns, os quais não gostariam que tais provas fossem reveladas. Por exemplo, quando os documentos são utilizados como provas de crimes, observa-se na prática a imparcialidade dos documentos. Duranti ressalta que o contexto de produção dos documentos deve ser levado em consideração para se extrair a verdade dos fatos contidos nos registros documentais (DURANTI,1994).

Considerando os dois aspectos pertinentes a imparcialidade: subproduto de atividades e respeito a rotinas processuais. Os documentos tanto do Art Garagem como o do “flanelinha” são produtos de atividades, nesses caso, informais e de informalidade respectivamente. Os documentos são criados nessas “empresas” seguindo rotinas, não processuais.

O conceito de autenticidade, outra característica dos documentos de arquivo, na terminologia brasileira foi elaborada para documentos formais, comprovando essa afirmação tomemos como norte a definição de autenticidade constante no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística⁹ (1996, p. 39): “qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independente da veracidade do respectivo conteúdo”. Seguindo fielmente a definição chegaríamos à conclusão que os documentos do “Baiano”, flanelinha, e do Art Garagem não são autênticos, tendo em vista que os documentos provenientes de atividades informais e de informalidade não seguem nenhum procedimento preestabelecido pelo Direito ou formalismo. Ainda quanto à autenticidade, Duranti (ano) considera que os documentos podem servir para ações futuras em decorrência de serem criados de acordo com procedimentos que podem ser comprovado, em virtude disso os documentos são preservados com o propósito de agir por meio deles no futuro ou para informação sobre o passado (DURANTI,1994)

Entretanto, a mesma autora ressalta que alguns documentos resultantes de atividade prática não se enquadram no quesito referente a obedecerem procedimentos regulares de produção. Esses documentos são autênticos no que se refere ao seu criador, porém a fidedignidade em relação ao seu conteúdo é discutível. Uma definição enxuta de fidedignidade é a proposta de MacNeil apud Rondinelli¹⁰ (2007, p.64): “capacidade de um documento arquivístico sustentar os fatos que atesta”.

Diante do exposto, podemos considerar os documentos do “flanelinha” e do Art Garagem como autênticos no que concerne aos seus criadores, mas com a ressalva de não serem fidedignos com relação ao seu conteúdo. Isto significa que, não podem ser

considerados como provas confiáveis da mesma forma que aqueles documentos que seguem formalidades ou procedimentos regulares de criação, procedimentos estes que são estabelecidos pelo Direito.

Outra característica dos documentos arquivísticos é a naturalidade. Ao contrário da Biblioteconomia e da Museologia em que os seus objetos são coletados artificialmente, os documentos de arquivos são acumulados naturalmente em decorrência das atividades do organismo produtor, ou seja, devida a necessidade prática, os documentos são criados de forma contínua e progressiva. O “Baiano” utiliza uma folha até não ter mais espaço para preencher, quando acaba espaço, começa em outra com mesmo formato. Utiliza as folhas de acordo com a demanda de lavagens solicitadas pelos militares da Aeronáutica, como também para fazer anotações pertinentes às compras dos materiais utilizados nas lavagens (sabão, pano, detergente). Na empresa Art Garagem, o tipo documental Relação Cadastral é produzido mensalmente em decorrência de atender uma necessidade prática da empresa, controlar o pagamento dos clientes. Em virtude do exposto, afirmamos que os registros documentais de atividade informal e da atividade de informalidade possuem a característica de naturalidade.

Uma característica peculiar dos documentos arquivísticos é o inter-relacionamento, diferentemente de um livro de biblioteca que possui significado per si, não dependo de um contexto de criação. Um documento de arquivo sozinho não pode comprovar fatos e ações de seus produtores, posto que é fundamental para o documento a sua relação com seu produtor, a qual surge no momento que são produzidos e recebidos e, também, sua relação com os outros documentos do arquivo. Esse inter-relacionamento que é a razão de existência dos documentos possibilita os documentos a atingirem seu objetivo de comprovar atividades e, principalmente, identificar o documento com seu criador, ou seja, sua autenticidade (DURANTI,1994,p.2-4).

A quinta e última característica dos documentos é a unicidade. Cada documento de arquivo assume lugar único no conjunto documental ao qual pertence, até mesmo uma cópia que estiver no mesmo grupo possui significado diferente, posto que a relação da cópia com o grupo considerado tem outro sentido. Então, um documento de arquivo é sempre único, como também é único o inter-relacionamento com o contexto administrativo e documental, retomando a característica citada anteriormente (DURANTI,1994,p.2-4).

O Senhor Conceição com escolaridade de nível fundamental, nunca tinha ouvido falar de Arquivologia, ou seja, mesmo sem um embasamento teórico sobre a teoria e a prática arquivística, não misturava os documentos que utilizava para cobrança dos devedores com aqueles da contabilidade, estes que tinham os preços dos materiais utilizados e salários dos funcionários. Observamos que para “flanelinha”, empiricamente, cada documento tinha um lugar único em seu arquivo. A mesma característica verificou-se no arquivo do Art Garagem, porém seu acervo possuía uma organização mais estruturada, embora empírica, formando uma massa documental acumulada que atendia as necessidades administrativas do responsável, Sr Souza, encarregado do Art Garagem.

O documentos do “flanelinha” e do Art Garagem possuem as cinco características de documento arquivístico proposta por Duranti (1994): imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Embora as duas primeiras com algumas ressalvas. Retomaremos a pergunta sobre a interrogação de que os conjuntos documentais em pauta constituem fundo de arquivo. Para responder a pergunta levaremos em consideração o conceito de arquivo do Dicionário de Terminologia Arquivísticaⁱⁱⁱ: “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. Considerando que os documentos analisados surgem de atividades e possuem as características ora apresentadas, concluímos que os conjuntos de documentos acumulados ao longo das atividades informais e de informalidade da empresa Art Garagem e do “flanelinha” formam um fundo de arquivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Hayek¹¹ a mente humana é uma mente classificatória, por isso, o homem desenvolveu a prática arquivística como uma necessidade natural e consequência da formação do Estado e das cidades embrionárias. Nessa direção, contempla-se a citação de Montiel (1999, p.1, grifo nosso) de que “todo documento (de arquivo) é sempre produto de relações sociais, mediadas pelo Estado, por entidades da sociedade civil ou por indivíduos, e que se revestem de uma temporalidade definida, ao mesmo tempo em que as revelam”. Dessa forma, explica-se porque Devanir Rodriguez de Souza e Walter da Conceição mesmo que de uma forma empiricista e amadora, na perspectiva da formação arquivística, foram capazes de organizar seus documentos refletindo e abrindo a possibilidade de problematizarmos atributos arquivísticos.

Mesmo sem a superveniência direta do Estado ou do formalismo jurídico, características presentes no conceito de fundo, atribuídas por Duchein, os exemplos aqui demonstrados de atividades informais e de informalidade comprovaram a possibilidade do surgimento de documentos arquivísticos como provas de ação, segundo Duranti, e a composição de fundos produzidos a partir da preocupação dos criadores em controlar e dirigir uma atividade, pública ou privada, formal, legal ou ilegal, gerados naturalmente no exercício destas atividades, portanto frutos de uma ação não intencional; fundos autênticos quanto à proposta de comprovação e desenvolvimento dos atos, onde cada documento podendo comprovar um ou mais atos possuindo uma ligação com um ou vários documentos.

A ampliação ou alteração da noção de fundo e das características que os documentos e informações arquivísticas apresentam são necessárias na própria perspectiva da mudança veloz e constante que nos apresentam a sociedade e o mercado de trabalho, no que diz respeito aos seus interesses, onde o saber, o rever, e o fazer apre(e)ndidos nos cursos de Arquivologia consubstanciam-se fatores decisivos na escolha do profissional.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo&Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.
- DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.
- LEVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MONTIEL, Rosane. Arquivística: um olhar sobre a memória. Brasília: *Cadernos de Pesquisa*. nº 4; 1995.
- PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. *Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, 312p.
- SOTO, Hernando de. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

1

de Ciência da Informação e Documentação/Curso de Graduação Arquivologia – UnB, shirley.carvalho@gmail.com.

^{2**} Graduando em Arquivologia – UnB, unbcfs@pop.com.br.

^{3***} Graduando em Arquivologia – UnB, ralphunb@yahoo.com.br.

⁴ Ciência Hoje, janeiro/fevereiro de 2007. p.23

⁵ Documentos de qualquer natureza provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. (DUCHEIN, 1994, p.14)

⁶ Duranti acredita que os documentos de arquivo possuem cinco características: a) a **autenticidade**, atributo relacionado ao fato dos documentos terem sido criados naturalmente pela necessidade de seu uso para comprovação das ações realizadas; b) a **naturalidade** diz respeito a forma natural como os documentos foram criados ao longo das atividades; c) a **unicidade** deve-se ao fato que todo documento arquivístico assume um lugar único no conjunto documental ao qual pertence; d) o **inter-relacionamento** é a relação que o documento arquivístico possui com outros documentos representantes da mesma transação ou assunto; e) a **imparcialidade** se refere a forma inerentemente verdadeira com que os documentos foram criados em relação ao contexto de criação. (DURANTI, 1994)

⁷ Termo coloquial utilizado para designar pessoas que lavam e vigiam veículos.

⁸ Grifo nosso.

⁹ DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Núcleo de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

¹⁰ RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007, 160p.

¹¹ Friedrich August von Hayek, nasceu em 1899 em Viena e morreu em 1992. Era economista e filósofo político, principal pensador do século XIX e XX sobre o liberalismo clássico e oponente de uma economia coletivista.